



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**IVAN VALADARES COELHO**

**ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DO TURISMO  
NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO A PARTIR DA DÉCADA DE 90  
SOB O PONTO DE VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SALVADOR**

**2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**IVAN VALADARES COELHO**

**ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DO TURISMO  
NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO A PARTIR DA DÉCADA DE 90  
SOB O PONTO DE VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ihering Guedes Alcoforado

**SALVADOR**

**2009**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Coelho, Ivan Valadares

C672 Análise das Conseqüências do Crescimento do Turismo no Município de Porto Seguro a Parti da década de 90 sob o Ponto de Vista do Desenvolvimento Sustentável/ Ivan Valadares Coelho. - Salvador, 2009. 50 f. il. ; quad.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas , 2009.

Orientador: Prof. Ihering Guedes Alcoforado.

1. Turismo – Porto Seguro (BA) 2.Economia do turismo 3.

Desenvolvimento sustentável I. Alcoforado, Ihering Guedes I.Título

CDD – 338.47918142

**IVAN VALADARES COELHO**

**ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DO TURISMO  
NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO A PARTIR DA DÉCADA DE 90  
SOB O PONTO DE VISTA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 15 dezembro de 2009.

Banca examinadora

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Ihering Guedes Alcoforado  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Alynson dos Santos Rocha  
Faculdade de Economia da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Arismar C. Sodre  
Faculdade de Economia da UFBA

## RESUMO

O trabalho identifica as estratégias adotadas pelo governo, através do PRODETUR, na tentativa de promover o desenvolvimento integrado do turismo sustentável na cidade de Porto Seguro, analisando as conseqüências dos investimentos públicos e privados realizados na região a partir da década de 90. O conceito de desenvolvimento sustentável, seus princípios fundamentais, e as principais características e tendências do turismo nos países em desenvolvimento são abordados no trabalho, de forma que se possa ter uma melhor compreensão da sua importância para um desenvolvimento econômico turístico local com bases sustentáveis. Com esse embasamento teórico e análise dos dados foi possível entender que o crescimento da atividade turística no município de Porto Seguro ocorreu de forma desordenada, sem preocupação com a conservação e preservação do meio ambiente, com pouca integração entre a população, agentes locais e poder público. Podemos concluir que o desenvolvimento do turismo no município não ocorreu de forma sustentável. Nas considerações finais, sugere-se algumas medidas que possam conciliar o crescimento econômico do turismo na região com a preservação ambiental, com uma maior envolvimento e participação da sociedade civil.

Palavras-chave: Turismo – Porto Seguro. Desenvolvimento sustentável. Economia do turismo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Investimentos públicos com financiamento do BID/BN	30
Quadro 2 -	Incremento de empregos diretos e indiretos na Região – 1991 a 2000	31
Quadro 3 -	Dados de migração no período de 1991 a 2000	32
Quadro 4 -	Empresas fundadas entre o período de 1980 a 1996 em Porto Seguro	33
Quadro 5 -	Fluxo de turistas x receita gerada	34
Quadro 6 -	Movimento de passageiros no aeroporto de Porto Seguro em mil	35
Quadro 7 -	Receitas de arrecadação no município de Porto Seguro em R\$ 1,00	36

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
2	<b>PRINCIPAIS CONCEITOS SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	8
3	<b>ESTRATÉGIAS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TURISMO EM PORTO SEGURO</b>	19
3.1	PRINCIPAIS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E INCENTIVO AO TURISMO NO BRASIL	19
3.2	O MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO	25
3.3	A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO PRODETUR PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM PORTO SEGURO A PARTIR DA DÉCADA DE 90	28
4	<b>ANÁLISE DOS IMPACTOS DECORRENTES DO CRESCIMENTO DO TURISMO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO</b>	38
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	46
	<b>REFERÊNCIAS</b>	48

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Porto Seguro, berço do descobrimento do Brasil, é considerado por muitos especialistas como um exemplo de experiência bem sucedida no que diz respeito ao desenvolvimento econômico sustentável e social de uma localidade a partir da atividade turística.

Combinar a expansão da atividade econômica com a preservação dos recursos naturais garantindo a sustentabilidade do turismo tornou-se o desafio principal daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento e o gerenciamento dessa atividade tão importante para economia e para sociedade em geral.

Por essa razão, as estratégias implementadas no sentido de promover o crescimento do turismo de maneira ambientalmente sustentável vêm despertando um interesse cada vez maior, o que envolve o estudo de uma série de aspectos importantes como, por exemplo: geração de renda e emprego; melhoria da qualidade e viabilidade econômica do destino turístico; elevação das condições de vida da população residente; e os impactos ambientais decorrentes do aumento da atividade econômica.

Os investimentos públicos realizados no município de Porto Seguro, através do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR- BA) foram extremamente importantes para fomentar o investimento privado e alavancar o desenvolvimento econômico na região, mas deixou algumas seqüelas visíveis na paisagem da cidade e suscitou a dúvida se suas intervenções foram realmente em nome de um turismo sustentável, que conservasse o meio ambiente e proporcionasse melhora nas condições de vida da população local.

Diante disto, o principal objetivo do trabalho é avaliar se o desenvolvimento econômico propiciado pelo crescimento do turismo no município de Porto Seguro ocorreu de forma ambientalmente adequada e se o mesmo ocorreu de forma sustentável.



Para isto, define-se no segundo capítulo, os principais conceitos existentes na literatura no que diz respeito ao turismo e desenvolvimento sustentável, explicitando os seus princípios fundamentais, as principais características e tendências nos países em desenvolvimento, a necessidade de planejamento integrado de desenvolvimento sustentável do turismo e a sua importância no crescimento da economia regional.

No terceiro capítulos são abordadas as principais políticas de planejamento incentivo ao turismo no Brasil. As estratégias adotadas pelo Governo Estadual, em parceria com as esferas Municipais e Federais para crescimento do turismo em Porto Seguro, os principais investimentos do PRODETUR-NE e sua importância para o desenvolvimento econômico da região.

O referencial teórico estabelecido do segundo capítulo é utilizado no quarto capítulo para se fazer uma análise dos impactos decorrentes do crescimento desordenado do turismo na região e a importância das estratégias de planejamento adotadas pelo governo, em parceria com comunidades e agentes locais para promoção de um desenvolvimento econômico sustentável da atividade turística no município de Porto Seguro.

Algumas medidas são sugeridas nas considerações finais com intuito de conciliar o crescimento econômico do turismo na região com a preservação do meio ambiente, através de uma maior integração entre o setor público, privado e agentes locais, com uma participação efetiva da sociedade civil.

## **2 PRINCIPAIS CONCEITOS SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

De acordo com a bibliografia estudada, a indústria do turismo vem sendo visualizada como um importante agente do desenvolvimento econômico para países em desenvolvimento por sua capacidade de atrair investimentos, promover o aumento de emprego e renda e melhorar a qualidade de vida da população local.

Segundo Gottschall (1994), turismo, do ponto de vista da economia mundial, é um produto fragmentado e integrado a outros setores onde o visitante utiliza e consome uma grande quantidade de serviços. Congrega diversas atividades que se inter-relacionam de forma sincronizada, harmônica e complementar, apesar de executadas por diferentes atores tais como: hospedagem, transportes, comércio turístico, restaurantes e entretenimentos. Esse inter-relacionamento setorial funciona como promotor de efeitos multiplicadores na economia local.

Segundo a Organização Mundial do Turismo<sup>1</sup> (OMT) (2001), “o segmento de viagens e turismo reúne um grupo de atividades econômicas que, combinadas, formam o maior setor do mundo, gerador número um de empregos, constituindo-se numa das maiores exportações mundiais e sendo o principal estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento.” De acordo com dados publicados (OMT-2001), para cada emprego gerado diretamente no turismo, tem-se aproximadamente 4,5 empregos gerados indiretamente.

Com esses efeitos multiplicadores da atividade, no rendimento e no emprego, o turismo é exigente no que se refere ao meio ambiente ecológico, ao sistema de valores dominante e à cultura e costumes locais. Sendo uma atividade fortemente difusora, o turismo é, em primeiro lugar, difusor de cultura, de costume e de produtos típicos da região receptora dos turistas.

A propagação desses efeitos difusores depende do rigor do plano de desenvolvimento turístico da região e da capacidade mobilizadora que o

---

<sup>1</sup> A Organização Mundial de Turismo (OMT) é uma agência especializada das [Nações Unidas](#) e a principal organização internacional no campo do [turismo](#). Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo.

mesmo tiver em relação aos empresários e às populações locais da mesma região (SIMÕES, 2005).

Não é apenas a geração de emprego e renda que motivam hoje o desenvolvimento do turismo. Existem outras preocupações que não são as meramente econômicas como, por exemplo: o aumento da satisfação do visitante, a integração na vida social e econômica local, a proteção e o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais, além da segurança do destino turístico, tanto para os turistas quanto para os nativos (SIMÕES, 2005).

O produto a ser ofertado nos países em desenvolvimento deve buscar o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente, os valores culturais e a promoção social das populações. O grande patrimônio da oferta turística é a manutenção das condições ecológicas, históricas e culturais, que creditam a um sítio o valor potencial de lazer e entretenimento capaz de atrair o turista nacional e estrangeiro.

De acordo com Cunha (2001), vários fatores têm contribuído para o aumento da preocupação quanto à proteção da natureza e, dentre eles, citam-se o processo acelerado de deterioração/destruição dos recursos naturais e a perda de diversidade biológica que, direta e indiretamente, repercutem na qualidade de vida dos cidadãos e do produto turístico a ser comercializado.

Cunha (2001) aponta medidas que devem ser adotadas pelos governos no sentido de tomarem atitudes menos permissivas no que tange ao uso racional dos recursos naturais, proibindo atividades referentes a consumo, coleta, dano ou destruição desses recursos através de metas ambientais tais como:

1. Controle e desenvolvimento – relativos às operações de licenciamento, manutenção, administração, execução de obras, fiscalização e monitoramento de atividades na área;

2. Defesa – com relação a atividades direcionadas a recursos naturais sob legislação;
3. Recuperação – referentes a áreas ambientalmente significativas, onde já se processam ações humanas;
4. Conservação – referentes a áreas com elevado valor paisagístico;
5. Educação ambiental – relativos às atividades de informações acerca das fragilidades e potencialidades socioambientais, com vistas ao desenvolvimento sustentado na área.

Para Rodrigues (1996), o uso e a preservação dos recursos naturais não combinam, são contraditórios. Embora se tenha conhecimento de ações na tentativa de conciliá-los com resultados positivos, essa ainda não é uma regra geral. (CUNHA, 2001).

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMAD) (1997), desenvolvimento sustentável é aquele que "satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". A proteção do meio ambiente é considerada cada vez mais como uma prioridade em todo o mundo.

O critério da sustentabilidade estabelecido na Conferência Mundial de Turismo Sustentável, conduzida pela Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1995, define que o turismo sustentável deve ser ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Entende-se, ainda, que a sustentabilidade do turismo exige sua integração ao meio ambiente natural, cultural e humano. (OMT, 1995).

Esse conceito de desenvolvimento sustentável sintetiza uma nova ordem de integração para o planeta onde o processo de mudança no qual a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do

desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são coerentes com o futuro assim como as necessidades presentes. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001).

O desenvolvimento turístico sustentável fundamenta-se na premissa de um ambiente natural preservado, e a comunidade receptora integrada é favorecida economicamente e sócio-culturalmente. Estrutura-se sobre métodos e técnicas de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social das comunidades receptoras na cadeia produtiva da atividade, estimulando a cidadania e possibilitando-lhe o acesso ao consumo para o atendimento de suas necessidades, não só as básicas, mas também aquelas de lazer e de entretenimento.

Este desenvolvimento prevê, a médio e longo prazo, a satisfação das necessidades presentes - dos moradores e dos turistas - sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Diante disto, pretende-se alcançar a conservação e a melhoria das condições ambientais, o atendimento às necessidades humanas básicas, a igualdade de direito para as gerações atuais e futuras e a melhoria da qualidade de vida. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001).

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMAD) (1997), os três princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável são:

1. A sustentabilidade ecológica – que assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos vitais, garantindo a preservação dos recursos naturais;
2. A sustentabilidade sociocultural – que garante que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre suas vidas, compatibilizando a convivência entre diferentes culturas com valores das comunidades, mantendo e fortalecendo a identidade local;

3. Sustentabilidade econômica – que assegura que o desenvolvimento deve ser economicamente eficiente e os recursos devem ser geridos adequadamente.

A sustentabilidade ambiental, sócio-cultural e econômica da atividade turística pode ser avaliada com destaque para o incremento do gasto médio do turista na área; criação de condições para a redução dos riscos dos investimentos privados; elevação do padrão de qualidade dos equipamentos e serviços turísticos; e criação de mecanismos de conservação do patrimônio natural e sócio-cultural.

A aplicação desses princípios constitui-se no grande desafio desse início de século 21 nas regiões em desenvolvimento do planeta.

As tendências que se apresentam para o futuro da atividade turística apontam para mudanças profundas, tanto no perfil do consumidor e características do produto em nível mundial. Estudos realizados por Cooper, Fletcher, Gilbert & Wanhil (1993) fazem os seguintes prognósticos:

- O novo consumidor de turismo está mais bem informado, podendo discernir sobre seus interesses, procurando qualidade e participação. Esse novo consumidor está deixando de preferir as férias passivas sob o sol para buscar experiências que o enriqueçam culturalmente e satisfaçam sua curiosidade;
- O novo turista é caracterizado como mais experiente e mais sofisticado, o que requer mais serviços. Isso significa que as tradicionais férias nos resorts de praia serão gradualmente substituídas por viagens inovativas, com programações personalizadas. Assim, o pacote turístico padrão perderá espaço para o plano individual de viagens.
- A oferta turística terá que ser mais profissionalizada, nos aspectos de instalações e qualificação da mão-de-obra. A qualidade dos serviços

prestados será uma vantagem competitiva para as empresas que investirem no capital humano, pois é isso que deverá fazer a diferença.

- O desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis e ambientalmente adequadas substituirá, gradualmente, o turismo de massa e aquele agressivo ao meio ambiente.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2001), nos países em desenvolvimento é predominante o turismo de massa, mas podemos observar uma nova tendência para o turismo alternativo.

No turismo de massa estão inclusos os hotéis resorts, verdadeiras “ilhas da fantasia” onde o turista não precisa e, geralmente, não tem nenhuma relação com a população nativa. Tudo o que necessita para descanso e lazer é encontrado no interior do próprio hotel. Essa categoria de turismo produz menos efeitos sobre o país visitado e a população local, pois pouco importa a localização ou o contexto social em que o hotel esteja inserido. O turista se diverte sem nenhum tipo de convivência com a realidade local. (GOTTSCHELL, 1993).

Esse tipo de empreendimento coloca-se de forma independente do seu próprio entorno, na medida em que foi concebido, em nível internacional, como auto-sustentável. Nessas circunstâncias, o turista não sente necessidade de manter qualquer tipo de contato com o ambiente externo. (CUNHA, 2001).

O turismo alternativo é realizado por um tipo de turista cujo desejo é de dissociar-se do turismo de massa e o seu perfil psicológico caracteriza-se pela busca de atividades fora do comum e longe da civilização. O objetivo da viagem passa pelo anseio de interação com os habitantes locais e seus hábitos. Esse turismo passou a constituir-se, nas últimas décadas, um importante nicho de mercado para grandes negócios comerciais. (GOTTSCHELL, 1993).

O turismo alternativo é o mais desejado para países em desenvolvimento, pois pode se tornar um relevante instrumento de desenvolvimento. Esse tipo de turismo, quando planejado corretamente pode proporcionar inúmeros benefícios como a preservação e conservação ambiental, identidade cultural, geração de emprego e renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

No processo de venda e consumo do produto turístico, os recursos naturais, representados na paisagem recebem um tratamento especial. Como estratégia de marketing, é comum destacar a existência e o uso da natureza preservada, quando não intactas, praias desertas ou selvagens. (CUNHA, 2001).

Segundo Fino e Queda (2008), as motivações dos turistas agora estão em viagens com experiências mais autênticas, sem o apelo comercial e obrigação de consumir, convivência com a cultura local, longe dos conglomerados urbanos.

De acordo com a OMT (1995) os objetivos do turismo sustentável são:

- ❖ Desenvolver maior conscientização e entendimento sobre a significativa contribuição que o turismo pode dar ao meio ambiente e à economia;
- ❖ Promover a justiça social através do desenvolvimento;
- ❖ Melhorar a qualidade de vida da população receptora;
- ❖ Proporcionar aumento da qualidade do meio ambiente, do qual os objetivos anteriores são dependentes.

O turismo só se expandirá se lhe forem dadas as condições apropriadas como, por exemplo, através da realização de um planejamento sofisticado e organização para implementar seu potencial de forma ampla. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001).



O turismo não pode ser entendido apenas como um setor estratégico de desenvolvimento socioeconômico de qualquer país, estado ou região. Por se tratar de uma atividade terciária, caracterizada pelo elevado grau de dependência do elemento humano, o investimento em educação para o turismo é essencial para promover o incremento da qualidade dos serviços do setor. (OMAR, 2000).

De acordo com Cunha (2001), o crescimento de um Estado depende da realização de ações regionais específicas visando agregar valor as suas vocações econômicas rumo ao desenvolvimento dessas mesmas regiões. No caso particular do turismo, o elemento essencial para o bom desempenho da atividade é a existência de infraestrutura física e de serviços, qualificação de pessoas e base produtiva na área dos estudos, diagnósticos e pesquisas, fatores que contribuem para a geração de um ambiente local assentado nas vantagens comparativas.

O foco do planejamento turístico sempre é a localidade pré-existente ao desenvolvimento do setor, razão pela qual os investimentos devem visar, num primeiro plano, a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, beneficiando também o turista que é o habitante temporário. (OMAR, 2000).

A elevação da qualidade de vida da população residente pode ser medida pelo incremento dos postos de trabalho e renda, e pelo aumento da acessibilidade da população aos serviços públicos essenciais como saúde, educação, saneamento básico, água, luz etc.

É necessário também que a administração pública beneficiada pela arrecadação a partir da atividade turística, priorize os investimentos que visem trazer soluções para os entraves sociais inerentes aos municípios receptores de turistas nos países de terceiro mundo, já que as receitas geradas pelo turismo não são distribuídas de forma eqüitativa. O desenvolvimento sustentável só será consolidado nessas áreas, uma vez que os benefícios

trazidos pelo turismo possam ser revertidos a favor da população local. (GOTTSCHALL, 1993).

O turismo é uma atividade altamente instável, pois está sujeito a fortes variações sazonais, a influências externas imprevisíveis, às diferentes motivações e expectativas turísticas e apresenta um baixo índice de fidelidade no que diz respeito ao destino no qual as decisões de viagens são altamente influenciáveis pelo preço. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001).

Segundo Gottschall, a dependência exclusiva da atividade turística é uma tendência nas regiões localizadas nos países em desenvolvimento. Por depender inteiramente da situação econômica e política das localidades de origem dos visitantes, torna-se muito vulnerável. Qualquer mudança na conjuntura poderá desestabilizar completamente a sociedade que esteja organizada com base apenas na atividade turística. Tal dependência torna-se mais frágil ainda devido à questão da sazonalidade.

O turismo é a atividade econômica que mais cresce no mundo contemporâneo. De acordo com a OMT (2001) o crescimento anual do turismo é em média 4% e será a principal atividade de exportação, transferência de divisas e geração de empregos deste século. Diante dessa expansão, Gottschall (2001) alerta sobre as conseqüências da superdependência nessa atividade. Por razões sociais e econômicas, a diversificação da economia é preferível, pois cria uma base mais estável.

A verdadeira causa dos danos ambientais não é simplesmente em função do número de turistas, mas pela falta de políticas, planos e ações de preparação para o desenvolvimento sustentável.

Daí, a importância do planejamento no desenvolvimento sustentável do turismo surge como uma questão de necessidade. Deve-se planejar de forma integrada entre os diversos setores, fortalecendo as inter-relações entre eles e deles com o meio ambiente e com as comunidades locais envolvidas.

A experiência de muitas áreas turísticas no mundo demonstrou que, no longo prazo, o planejamento para o desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios, sem o inconveniente dos problemas sociais e ecológicos daquelas áreas não planejadas.

O poder público deve manter uma postura de subsídio e complementação à atividade turística. Nesse contexto, cabe ao governo incentivar, induzir e facilitar o desenvolvimento socioeconômico nessas regiões. É importante criar uma plataforma de confiabilidade e previsibilidade favorável à atração de investimentos privados uma vez que os investimentos públicos na área de turismo induzem inversões privadas numa proporção bem superior. (OMAR, 2000).

As deficiências do turismo passam inicialmente pela falta de conscientização da população para a sua importância, o que é uma questão cultural. Portanto, a ação nos destinos turísticos será resultante da união do poder público, do setor privado e das comunidades locais, rumo a uma atitude mais responsável em relação ao meio ambiente natural e cultural. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001).

Não é mais possível imaginar que as soluções dos problemas de uma determinada região sejam administradas sem a contribuição dos agentes locais. A participação efetiva do cidadão, através das organizações locais, sejam elas públicas, privadas ou sociais, favorecerá a escolha de um modelo de desenvolvimento mais adequado, tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto ambiental.

Com a redefinição do papel das instituições públicas relativamente à organização do turismo e da cultura, é de extrema importância ampliar o debate sobre a estratégia proposta entre os formadores de opinião e agentes de estejam pensando ou atuando nesse setor e buscar mecanismos que possibilitem a maior integração das comunidades locais ao turismo.

Desse modo, a sustentabilidade deve ser aplicada em várias áreas, não só na ambiental, que é a mais comentada atualmente. E para atingi-la, faz-se necessária a participação do Estado, dos moradores locais, turistas, empresários, enfim, de todos que estão envolvidos com a destinação turística, além da existência de um planejamento da atividade. (CARVALHO; TAVARES; 2008)

### **3 ESTRATÉGIAS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO PARA ALAVANCAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TURISMO EM PORTO SEGURO**

#### **3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E INCENTIVO AO TURISMO NO BRASIL**

No Brasil, como em diversos lugares do mundo, o setor de turismo vem atraindo de forma crescente a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, haja vista tratar-se de um setor com grande capacidade para a geração de empregos diretos e indiretos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2008), o emprego formal do turismo passou de 683,8 mil ocupações em 2002 para 783,4 mil em 2006, gerando um acréscimo de 100 mil empregos, equivalente a uma taxa de crescimento médio anual de 3,5%, a mesma registrada entre os períodos de 1995 à 2001.

Na década de 80, apesar do grande potencial e vocação para o turismo, o Brasil ainda apresentava uma inserção de menos de 0,5% no fluxo turístico

mundial e o turismo interno era pouco explorado se comparado com outros países com economia semelhante. (SAAB, 1999)

Nesse contexto, segundo Saab (1999), foram verificados alguns fatores que podem ser considerados como obstáculos ao crescimento do turismo interno e externo no Brasil, como, por exemplo:

- Carência de infra-estrutura completa de serviços turísticos (ausência de uma ampla e adequada infra-estrutura hoteleira, inadequação dos serviços prestados por agências de viagens e operadoras de turismo e pouca oferta de serviços complementares aos de hospedagem, principalmente no tocante a entretenimento e lazer);
- Nível de segurança aos turistas ainda insatisfatório (intensificação da criminalidade nos grandes centros urbanos, principalmente, e de forma ostensiva, no Rio de Janeiro e em São Paulo);
- Carência de uma adequada infra-estrutura de transporte aos turistas (preços ainda elevados das passagens aéreas domésticas, restringindo a flexibilidade de circulação do turista em mais de uma região do país, aproveitamento insignificante dos transportes ferroviário, marítimo e fluvial e necessidade de reforma, ampliação e modernização dos aeroportos nacionais);
- Carência de investimentos na divulgação do país no exterior e internamente, cujo montante se deu em níveis inferiores ao mínimo recomendado pela OMT, isto é, pelo menos 2% das receitas turísticas auferidas.
- Baixa capacitação de mão-de-obra especializada em serviços turísticos

Com o intuito de atender as necessidades de infra-estrutura geradas pela atividade do turismo no Brasil, foi criado pelo Ministério do Turismo ,em novembro de 1991, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

(PRODETUR) que contou com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) do governo federal e dos governos estaduais.

Esse programa foi destinado ao desenvolvimento integrado do setor de turismo e teve como objetivo estratégico principal a concessão de financiamento para implantação da infra-estrutura turística básica no país consideradas indutoras de investimentos privados.

Dentro desse cenário, a região nordeste foi contemplada com a criação do PRODETUR-NE, um programa integrado que se propõe a impulsionar o desenvolvimento de cada estado do Nordeste, levando em consideração suas potencialidades turísticas. Esse programa faz parte de um projeto nacional de desenvolvimento do turismo que visa mudar a posição marginal do país entre os destinos mundiais.

O PRODETUR-NE contou, em sua estrutura de capital, com fontes de recursos externa (BIRD) e interna (União, estados, Banco do Nordeste do Brasil e BNDES<sup>2</sup>), voltando-se, inicialmente, quanto à sua atuação regional, para a implantação de empreendimentos turísticos em nove estados da região Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas).

Os projetos enquadrados no âmbito do PRODETUR são analisados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a quem compete sua aprovação ou não. Já a modernização e a ampliação dos aeroportos federais mencionados, excetuando-se o de Porto Seguro, de âmbito estadual, estão sob a responsabilidade e competência da Agência de Infra-Estrutura Aeroportuária Federal (INFRAERO).

Desse modo, procurou-se identificar as principais barreiras e pontos de estrangulamento ao investimento privado no segmento de turismo na região.

---

<sup>2</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Nesse sentido, os principais fatores apontados como inibidores do turismo no Nordeste foram:

- a) Falta de adequada Infra-estrutura de serviços urbanos e turísticos;
- b) Pouca qualificação da mão-de-obra;
- c) Carência de recursos para financiar empreendimentos privados.

Para solucionar esses problemas inibidores do turismo na região, foram realizados investimentos em três componentes principais:

- 1) Desenvolvimento institucional, que objetiva ampliar a capacidade dos órgãos para executar suas funções;
- 2) Obras múltiplas em infra-estrutura básica e serviços públicos, que consistem em projetos voltados para cinco setores: saneamento, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, transportes (obras viárias e urbanas e rodovias) e recuperação de patrimônios históricos.
- 3) Melhoramento de oito aeroportos localizados em: São Luís-MA, Fortaleza-CE, Natal-RN, Aracajú-SE, Porto Seguro-BA, Salvador-BA, Lençóis-BA e Recife-PE.

O PRODETUR-NE foi dividido em duas etapas. A primeira fase com investimentos na ordem de US\$ 670,00 milhões, sendo 60% do aporte desse recurso oriundo do BID e os 40% restantes oriundos dos municípios, Estados e União, segundo dados do BNB (2008), contempla as áreas turísticas consideradas estratégicas pelos estados nordestinos os quais foram tomados como alvo primário da ação desenvolvimentista a ser perseguida pelo PRODETUR-NE, como, por exemplo:

- Criação de canais institucionais estaduais e municipais de fomento ao turismo;
- Ampliação da infra-estrutura turística básica;
- Preservação do meio ambiente nas áreas turísticas;
- Melhoria das vias de acesso ao turista;
- Modernização e ampliação dos aeroportos de São Luís (Maranhão), Fortaleza (Ceará), Natal (Rio Grande do Norte), Aracaju (Sergipe) e Porto Seguro (Bahia);
- Recuperação e preservação dos locais turísticos.

Vale dizer que o PRODETUR-NE não é um programa específico do turismo, mas de todos os setores que estão diretamente relacionados com o turismo como: transporte, saneamento, conservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, ou seja, é um programa de infra-estrutura básica e turística.

Cabe ressaltar que essas obras de infra-estrutura básica, além de atenderem às necessidades do segmento turístico, capacitam a região para atrair investimentos privados, aumentando assim, a renda e o número de empregos. Além disso, melhoram a qualidade de vida da população local, que é bastante carente desses serviços. Os objetivos básicos do PRODETUR-NE I foram:

- ❖ Aumentar o turismo receptivo regional e a permanência do turista no Nordeste;
- ❖ Induzir novos investimentos na infra-estrutura turística;
- ❖ Promover a geração de emprego e renda com a exploração direta e indireta da atividade turística.



Já os objetivos do PRODETUR-NE II com investimentos na ordem de US\$ 400,00 milhões, segundo dados do BNB (2008), foram os seguintes:

- ❖ Estimular as vocações econômicas locais;
- ❖ Contribuir para a criação e fortalecimento empresariais;
- ❖ Gerar novas oportunidades de emprego e rendas sustentáveis.

Atualmente, o setor de turismo no Brasil dispõe de diversos programas e modalidades de apoio a crédito, sendo a principal fonte de capital para o setor de turismo provém, atualmente, do Sistema BNDES, o qual contempla, em suas Políticas Operacionais, a previsão de apoio financeiro ao setor, em âmbito nacional.

Cabe destacar que o Sistema BNDES diferencia as condições financeiras básicas de apoio ao setor conforme a localização do empreendimento a ser implantado, expandido ou modernizado, utilizando-se, para tanto, dos seguintes mecanismos de financiamento: Programa Nordeste Competitivo (PNC), que, criado em maio de 1993, abrange os estados da região Nordeste.

Inicialmente, os financiamentos do sistema BNDES para o segmento do turismo destinavam-se, quase que exclusivamente, a implantação, expansão e modernização do parque hoteleiro. No entanto, a partir de 1994 começaram a despontar os financiamentos para os projetos destinados à implantação de parques temáticos e aquáticos. O objetivo era apoiar os empreendimentos conduzidos pelo setor privado do turismo das localidades que apresentassem potencial para tal, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade do segmento no país.

Dentre os itens que são financiáveis pelo programa de turismo do sistema BNDES, podem-se citar:

- ✓ Meios de hospedagem (hotéis, *resorts*, pousadas e assemelhados, exceto hotel-residência);
- ✓ Equipamentos e prédios históricos (igrejas, casas de culturas e museus);
- ✓ Parques temáticos e de estâncias termais e hidrominerais
- ✓ Teatros e anfiteatros
- ✓ Sítios históricos, ambientais e arqueológicos.
- ✓ Centros de convenções e de compras.
- ✓ Marinas para guarda de embarcações e prestação de serviços náuticos.
- ✓ Escolas destinadas à qualificação de mão de obra para o setor; e outros segmentos integrados ao turismo.

Tais financiamentos contribuíram de forma determinante para promover os investimentos privados em regiões que apresentavam um grande potencial para o desenvolvimento do turismo.

### 3.2 O MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO

O município de Porto Seguro está localizado no litoral sul da Bahia e inserido na Costa do Descobrimento (ao lado dos municípios de Belmonte e Santa Cruz de Cabrália) que faz parte de um dos sete pólos turísticos (Pólo Costa do Descobrimento: *Costa das Baleias*; Pólo Litoral Sul: *Costa do Cacau e Costa do Dendê*; Pólo Chapada Diamantina: *Circuito da Chapada Norte, Circuito do Diamante e Circuito do Ouro*; Pólo Salvador e Entorno: *Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos*; Pólo Caminhos do Oeste e Pólo São Francisco) prioritários escolhidos pelo Governo do Estado para a realização de

investimentos através do PRODETUR-BA a partir da década de 90.(PDITS-CD, 2002)

Do ponto de vista do turismo pode-se afirmar que a costa do descobrimento é uma região privilegiada, tanto em termos de atrativos naturais (praias, manguezais, ilhas, falésias, rios, recifes de corais, etc) como de acervo histórico cultural relacionado ao descobrimento do Brasil.

A Costa do Descobrimento possui diversas atrações ecológicas, como os Parques Nacionais de Monte Pascoal e Pau – Brasil, os Parques Municipais de Recife de Fora e Coroa Alta e a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Estação Veracruz.

Essa região é tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial Natural, adquirindo assim, importância internacional e uma grande promoção para o desenvolvimento do turismo.

O distrito de Porto Seguro foi criado por força do Alvará datado de 20 de outubro de 1795. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Ato n.º 499, de 30 de junho de 1891. (IBGE)

Historicamente, a zona da Costa do Descobrimento, até meados do século XX, seguiu o padrão estabelecido pelos diversos ciclos econômicos que ocorreram na região. Assim, durante o período de colonização do Brasil (do século XVI até o início do séc. XIX), passou pelo período econômico de exploração do Pau – Brasil e da cana de açúcar.

Com o início do ciclo do cacau na região, entre os séculos XIX e XX, o município de Belmonte, devido à sua posição estratégica, na foz do rio Jequitinhonha, transformou-se num excelente porto de escoamento do produto. No entanto, com a crise do cacau, na década de 30, a região entrou, para vários autores, numa fase de “esquecimento”, situação que perdurou até meados de 1950, quando se iniciou a abertura da BR-101.

De acordo com Gotchall, entre as décadas de 1950 e 1970, a região da Costa do Descobrimento era constituída apenas de pequenos povoados, com alguns núcleos urbanos de maior estrutura, mas ainda bastante precários. Porto Seguro apresentava uma urbanização maior apenas na Cidade Baixa, onde se situavam o comércio, o porto e grande parte das residências. A Cidade Alta, apesar de conter no seu Centro Histórico a igreja mais importante do município, contava somente com reduzido número de habitantes. Nesse período, a sua principal atividade econômica era a extração de madeira.

Até o início da década de 70, o acesso terrestre para Porto Seguro corria por meio de vias não pavimentadas, utilizadas, em sua maioria, apenas para o transporte local, excetuando-se a BR-101 que, apesar de não ser pavimentada, já apresentava um fluxo significativo de veículos.

No entanto, segundo Galdenzi, foi somente com a pavimentação de asfalto desta rodovia, permitindo uma nova ligação da região Nordeste do Brasil com o Sudeste, de uma forma mais eficiente, que se possibilitou maior intercâmbio entre o município com o resto do país.

De acordo com (PDITSA-CD, 2002), a partir da década de 70, o asfaltamento das rodovias BR-101 e BR-367 possibilitou o acesso de um número maior visitantes o que deu origem aos primeiros passos que culminaram na inserção do turismo como principal atividade econômica no município.

Na da década de 80, a transformação do perfil urbano do município já demonstrava um grande potencial para atração de investimentos no setor turístico. (BAHIATURSA)

Nesse período, iniciou-se um rápido processo de urbanização no centro da cidade e nos povoados mais próximos, como Arraial D’Ajuda. Começaram a surgir pequenas pousadas e restaurantes, lojas de *souvenirs* e pequenos empreendimentos de prestadores de serviços turísticos. Desde então, Porto Seguro vem ocupando um lugar de destaque no cenário nacional do turismo.

Esse processo de crescimento do turismo ocorreu quase que, ao longo de duas décadas, de forma espontânea e desordenada, despertando nos técnicos e autoridades envolvidas com o turismo uma preocupação quanto aos riscos de degradação dos atrativos naturais.

### 3.3 A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO PRODETUR PARA O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM PORTO SEGURO A PARTIR DA DÉCADA DE 90.

Com o objetivo de desenvolver o potencial turístico da região de forma ordenada e sustentável, o governo do estado criou, em 1991, o PRODETUR-BA que, como dito anteriormente, consiste em um programa multisetorial de implantação de infra-estrutura básica destinada ao desenvolvimento do turismo.

A descoberta de Porto Seguro pelos grandes operadores turísticos nacionais e a construção do aeroporto, já no final dos anos 80, fizeram surgir o turismo de massa, crescendo com ele o número de novos e maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a exercer forte pressão sobre a infra-estrutura básica. Esta, por sua vez, não tinha capacidade para suportar a demanda hoteleira, nem para atender às novas necessidades advindas da expansão populacional.

Nesse sentido, buscou-se através do PRODETUR-BA, um planejamento através de ações integradas no âmbito dos Governos estadual, federal e municipal com o objetivo de ampliar e melhorar a oferta turística, aumentar o movimento de visitantes, de gerar emprego e renda, elevar a qualidade de vida da população residente, além de implementar medidas para promover a conservação do patrimônio histórico-cultural e natural.

Apostando na vocação turística, durante a década de 90, a cidade ganhou investimentos maciços em infra-estrutura através do PRODETUR. Para

executar tal programa, o Governo do Estado utilizou recursos provenientes do Governo Federal e, principalmente, das seguintes instituições:

- BNDES,
- Caixa Econômica Federal,
- Banco Mundial,
- Banco do Nordeste

Entre 1991 a 1998 foram investidos em Porto Seguro US\$ 101,39 milhões de recursos públicos em infra-estrutura, dos quais US\$ 83,81 milhões foram realizadas com recursos do PRODETUR I /NE e US\$ 17,58 milhões com recursos de outras fontes captadas e executadas pelo Governo do Estado.

De acordo com dados do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento (PDITS, 2002), os investimentos do setor privado acompanharam as inversões públicas na ordem de US\$ 263,6 milhões, ou seja, para cada US\$ 1,00 investido pelo governo, 2,60 foram investidos pelos empresários.

<b>Componentes</b>	<b>Valor em us\$ 1.000</b>
Ampliação do aeroporto de Porto Seguro	5.480
Transportes (rodovias e atracadouros)	36.233
Saneamento (abast. água, esgot. sanitário, drenagem e pavimentação)	50.434
Recuperação do patrimônio histórico de Porto Seguro/Trancoso.	1.656
Implantação da APA de Sto Antônio	600
Desenvolvimento institucional da SCT/EMBASA/CRA	2.645
Outros	4.342
<b>Total</b>	<b>101.390</b>

Quadro 1 - Investimentos públicos com financiamento do BID/BN

Fonte: MENDONÇA JUNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2001 e PDITS

O aeroporto de Porto Seguro foi ampliado, a cidade ganhou sistema de tratamento de água e esgotamento sanitário, trechos de rodovias foram construídos. Investiu-se também em "marketing": a Secretaria do Meio Ambiente de Porto Seguro foi criada em 1997 e a Costa do Descobrimento ganhou três APA's (Áreas de Proteção Ambiental): Coroa Vermelha, Santo Antônio e Caraíva/Trancoso.

As três Áreas de Proteção Ambiental (APA's) localizadas na Costa do Descobrimento têm uma área total de 590 km total da região, configurando-se, desta forma, em excelentes instrumentos de conservação do meio ambiente e das tradições locais, juntamente com o desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis tanto com a sustentabilidade, como com o ecoturismo.

A criação dessas APA's possibilitou que, de alguma forma, se pensasse a longo prazo o desenvolvimento sustentável do turismo na região. De acordo com Araújo, para uma cidade sem leis de uso e ocupação do Solo, pode-se afirmar que na década de 90 a cidade passou por rápidas transformações.

Foram feitas recuperação e valorização de dois expressivos Sítios Históricos (Coroa Vermelha e Cidade Alta), remanescentes do período inicial de ocupação do nosso território. As intervenções visaram à preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e natural, criando condições de infraestrutura turística para uma visita organizada.

Também foram realizadas intervenções que visando à melhoria da qualidade dos serviços de saúde na região no sentido de criar condições básicas necessárias ao desenvolvimento do turismo. O hospital de Porto Seguro foi ampliado e reformado e também foi feita a construção do hospital Deputado Luís Eduardo Magalhães.

O sistema educacional no município, até a década de 70, era extremamente precário, contando com poucos estabelecimentos de ensino. O índice de analfabetismo, de cerca de 60%, em 1980 e refletia a deficiência educacional em que se apoiava o sistema de ensino local. Através das ações

implementadas pelo governo, esse índice de analfabetismo caiu para 17,8% no final da década de 90.

Os investimentos em turismo repercutiram no aumento da geração de empregos diretos e indiretos na região da costa do descobrimento confirmando a média mundial de que para cada um emprego direto gerado pelo turismo, tem-se entorno de 4,5 empregos indiretos como pode ser visto no quadro abaixo:

<b>Empregos</b>	<b>Número de empregos</b>
Diretos	9.590
Indiretos	43.155
<b>Total</b>	<b>52.745</b>

Quadro 2 - Incremento de empregos diretos e indiretos na Região – 1991 a 2000

Fonte: BAHIA, 2002

O incremento no número de novos empregos através da atividade turística foi bastante significativo para região por representar 63% da população com idade ativa.

Considerando-se a expansão na estrutura dos serviços públicos, a oferta hoteleira e de restaurantes e o número de estabelecimentos comerciais, a atividade turística contribuiu de forma determinante para o crescimento da oferta de trabalho em Porto Seguro. (GOTTCHALL, 1994).

Entre 1991 a 2000, a população de Porto Seguro passou de 34.661 para 95.665 habitantes, com uma taxa de crescimento anual média na ordem de 11,9% a.a. No período entre 2001 e 2007, a população de Porto Seguro passou de 95.665 para 114.459 em 2007, essa taxa de crescimento ocorreu em proporções bem menores, a uma taxa de 2,81% ao ano, conforme dados do IBGE (2008a, 2009).

Esse imenso crescimento populacional na década de 90, ocorreu, dentre outros motivos, devido às expectativas criadas pelo PRODETUR na geração de novas



alternativas de emprego em turismo e a crise da lavoura cacaueteira, nas regiões vizinhas, também contribuiu para esse processo ao enviar grande quantidade de pessoas para o município em busca de novas oportunidades de trabalho.

A cidade cresceu para atender a demanda do turismo e da população originária de fluxos migratórios diversos como pode ser visto a seguir:

<b>Local de origem</b>	<b>Total</b>
Dentro do estado da Bahia	16.598
De outros estados do Brasil	3.145
De outros países	114
<b>Total geral</b>	<b>19.857</b>

Quadro 3 - Dados de migração no período de 1991 a 2000

Fonte: IBGE, 2001 apud RAMOS, 2001, p. 7

Nesse mesmo período, a cidade ampliou sua oferta de leitos, de 9.363 leitos em 1991 para 31.131 leitos em 2000 superando, inclusive, cidades como Salvador que possuía neste ano cerca de 29.369 leitos. (OMAR, 2000).

Ainda, em decorrência dos investimentos em infra-estrutura, na década de 90 diversas empresas foram fundadas no município de Porto Seguro em número bem superior se comparado com a década passada como pode ser visto no quadro seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Total de empresas</b>
1980 a 1984	23 unidades
1985 a 1989	189 unidades
1990 a 1994	709 unidades
1995	562 unidades
<b>Total em 1996</b>	<b>1483 unidades</b>

Quadro 4 - Empresas fundadas entre o período de 1980 a 1996 em Porto Seguro

Fonte: IBGE, 2001 apud RAMOS, 2001, p. 7

Houve, na segunda metade dos anos 90, um incremento de mais de 100% no número de estabelecimentos comerciais prestadores de serviços turísticos. A maioria dessas empresas foi criada para atuar, quase que exclusivamente, nos ramos de hotelaria, suporte ao turismo e lazer entre outros.

De acordo com estatísticas do IBGE (2008c) o número de unidades locais no Cadastro Central de Empresas 2007 saltou para 3.717 empregando o total de 20.738 pessoas.

Segundo Gottschall (1993), esses investimentos realizados em equipamentos turísticos diretos (hotéis e pousadas) e indiretos (bares, restaurantes, casas comerciais serviço de transporte, etc) foram predominantemente originários de pequenos e médios empreendedores vindos de outros estados do país. A maioria deles eram profissionais liberais, que resolveram mudar de atividade econômica em virtude de uma série de incentivos e facilidades de concessão de crédito para montar equipamentos de hospedagem na região.

Tais investimentos foram feitos visando acompanhar o aumento no fluxo anual de turistas que saltou de 567.970 em 1993 para 1.037,45 em 2000. No mesmo período, a receita advinda do aumento do fluxo de turistas elevou-se de US\$ 110,1 milhões para US\$ 231,30 como pode ser visto no quadro a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Fluxo de turistas em mil</b>	<b>Receita gerada pelo turismo em US\$ milhões</b>
1993	567.970	110,1
1994	622.890	141,73
1995	621.260	204,4
1996	753.240	234,92
1997	823.730	253,19
1998	938.260	262,65
1999	1.009.230	229,55
2000	1.037.450	231,30

Quadro 5 - Fluxo de turistas x receita gerada

Fonte: OMAR, 2000

A ampliação aeroporto de Porto Seguro provocou o salto quantitativo e qualitativo do turismo na cidade, considerando que o avião é um meio de transporte mais caro e que, portanto, denota uma maior capacidade de potencial de gasto.

Com o objetivo de minimizar os efeitos da sazonalidade sobre o setor turístico, foi construído o Centro de Convenções de Porto Seguro. Congressos, Feiras e Convenções representam segmentos estratégicos para redução da sazonalidade da demanda turística. Alguns estudos também demonstram que ao longo do tempo, o gasto médio individual dos congressistas tem sido superior ao gasto médio individual dos turistas nacionais e estrangeiros.

Houve um expressivo incremento da demanda aérea para Porto Seguro com a criação de novas linhas, inclusive internacionais regulares e charters. Já no final dos anos 90, Porto Seguro transformou-se no quinto aeroporto em movimento de passageiros e em número de pousos e decolagens em todo o Nordeste, provocando, em curto prazo, sua segunda ampliação. (OMAR, 2000).

<b>Ano</b>	<b>Movimento de passageiros no aeroporto de Porto Seguro em mil</b>
1994	316.140
1995	538.588
1996	459.330
1997	471.800
1998	549.735
1999	655.448
2000	682.397

Quadro 6 - Movimento de passageiros no aeroporto de Porto Seguro em mil

Fonte: OMAR, 2000

A crescente movimentação de turistas para Porto Seguro foi, sem dúvida, altamente desejável dentro do planejamento inicial realizado pelo PRODETUR, na medida em que ampliou a receita gerada pela atividade no município elevando, conseqüentemente, os níveis de emprego e renda, sob efeito multiplicador.

Dado o próprio caráter multiplicador do turismo e sua estreita correlação com os setores de comércio e serviços, o crescimento dessa atividade em Porto Seguro proporcionou a diversificação da sua estrutura econômica, a qual se desencadeou, principalmente, através da proliferação e segmentos do setor terciário. Como um município predominantemente turístico, obtém no terciário a sua principal fonte de receita. (BURMAN, 1996).

O crescimento da atividade econômica no município também pode ser medida através das receitas arrecadadas pelos poderes públicos, tanto municipal como estadual, que tiveram acréscimos bastante significativos entre os períodos de 1994 a 1999 como mostra o quadro seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Municipal<sup>3</sup></b>	<b>Estadual<sup>4</sup></b>
1994	1.392.867	1.314.065
1995	4.367.512	3.254.456
1996	3.516.549	3.554.473
1997	3.775.993	3.270.839
1998	4.130.767	3.669.407

Quadro 7 - Receitas de arrecadação no município de Porto Seguro em R\$ 1,00

Fonte: SEI, 2000; BAHIA, 2000

Desta forma, foi possível assegurar que o governo municipal pudesse se beneficiar de receitas advindas da geração destes investimentos e atividades, com o intuito de gerenciar eficazmente os fluxos de turismo, a infra-estrutura e os serviços públicos em benefício da população local.

<sup>3</sup> Receitas Tributárias Municipais – IPTU, ISS, ITIV, outros impostos e taxas

<sup>4</sup> Receitas Tributárias Estaduais – ICMS, ITD, IPVA, AIR e outras

No final dos anos 90, esses indicadores de taxas de crescimento populacional, incremento do comércio e do fluxo de turistas, geração de empregos, aumento na arrecadação pública e as mudanças urbanas decorrentes da instalação de equipamentos turísticos na cidade, refletiram a importância que o turismo passou a ter na economia regional.

Pesquisas de dados comprovam a importância atual do turismo como base da economia local. A atividade continua sendo a principal fonte de recursos para o município. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda as receitas tributárias estaduais saltaram de 4.247.179 em 2000 para 19.896.377,87 em 2008. (BAHIA, 2009).

Dados do IBGE (2009b) e SEI (2009) comprovam que o PIB a preço de mercado corrente passou de 312,27 milhões em 2002 para 599,98 milhões de reais em 2006 e, o PIB per capita de 2002, que era de 2.765,13 reais, saltou para 4.264,51 reais.

#### **4 ANÁLISE DOS IMPACTOS DECORRENTES DO CRESCIMENTO DO TURISMO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**

As estratégias de investimentos estatais realizados através do PRODETUR-BA, na década de 90, foram extremamente importantes no sentido de criar uma infra-estrutura básica para evitar o esgotamento da capacidade de absorção do município e de promover o extraordinário crescimento da atividade turística.

Nesse contexto, torna-se necessário avaliar se essas estratégias foram eficientes para a promoção de um desenvolvimento em bases sustentáveis, comprometido com os graves problemas sociais e com a conservação do meio ambiente.

Para Ramos (2001), a expansão do turismo em Porto Seguro, a partir dos anos 90, provocou sérios danos ao seu patrimônio natural e histórico-cultural.

O aumento da população contribuiu para a brusca alteração da paisagem de Porto Seguro: de um lado encontra-se a cidade vista pelos turistas, de ocupação predominantemente hoteleira e alto valor especulativo; de outro, encontram-se os assentamentos espalhados sobre a área de manguezal e loteamentos ocupados de forma clandestina ao longo da BR-367 Porto Seguro – Eunápolis.

De acordo com Gottschall (1994), o traçado à beira-mar da estrada que liga Porto Seguro a Santa Cruz de Cabrália e o aproveitamento comercial através da devastação dessa área litorânea são exemplos da cultura imediatista do lucro que faz parte da mentalidade empreendedora dos administradores públicos e dos investidores da região.

A expectativa de solução econômica, em curto prazo, é de longe a principal motivação do incentivo a atividade turística. Esse pensamento imediatista

acarreta conseqüências que vão desde danos ao equilíbrio ecológico e perdas culturais e históricas das regiões hospedeiras (GOTTSCHALL, 1993).

Segundo Araújo (2000), outra prova que demonstra a falta de comprometimento das autoridades públicas responsáveis pela preservação e conservação ambiental na região foi a construção do Terravista Resort, pertencente ao Club Med, inaugurado em dezembro de 2002. Tal empreendimento foi construído numa área anteriormente destinada ao Parque Balneário e Reserva Ecológica das Barreiras Vermelhas, o Club Med Trancoso teve suas licenças ambientais aprovadas pelos órgãos competentes.

A área onde hoje se proliferam os bairros residenciais, já foi uma vasta região coberta por Mata Atlântica, sua devastação se deu gradualmente ao processo de ocupação, encontram-se ainda nesta cidade, mas em fase de remoção, duas favelas situadas numa área de manguezal.

Não obstante a este processo de destruição dos recursos naturais, nos deparamos com uma situação de total precariedade no que tange aos equipamentos urbanos, situação agravada pela topografia da área, a melhoria na infra-estrutura foi iniciada, contudo não alcançou a velocidade com que se deu e continua a se dar o crescimento. (RAMOS, 2001).

Esse tipo de atitude veio comprometendo o próprio desempenho da atividade turística na região. O patrimônio ambiental disponível/desfrutável encontra-se seriamente ameaçado face ao aterro de alagadiços e manguezais, da ocupação desordenada em áreas de remanescentes de mata atlântica, e das atividades turísticas incompatíveis com a capacidade de suporte do meio ambiente. (CUNHA, 2001).

Em conseqüência dessa expansão, surgiram na cidade bolsões de pobreza através das favelas. O significativo crescimento da população miserável aumentou demasiadamente a marginalidade no município. Atraídos pela grande oferta de trabalho no período de alta estação, trabalhadores das regiões próximas passaram a habitar o município na esperança de obterem

uma renda extra. A maior parte deles, após a alta estação, não conseguiram retornar para as cidades de origem e passaram a viver na cidade de forma miserável, vulneráveis a marginalidade.

De acordo com IBGE (2007) a incidência da pobreza atinge 52,17% da população de Porto Seguro. A Renda Média Familiar, segundo dados do IBGE, em 1996, no município, situou-se em R\$ 230,00, o que demonstra o alto índice de pobreza da população.

O que se pode perceber é que a maior parte desses investimentos realizados teve como foco a valorização imobiliária e o aproveitamento de áreas para o turismo, através de uma política desvinculada dos interesses da maioria da população. Os empresários e as autoridades públicas locais atuam no sentido da valorização imobiliária, negligenciando os aspectos negativos vinculados a implantação de complexos turísticos voltados ao uso da paisagem. (RAMOS, 2001).

Estes fatos atestam que o acelerado crescimento da cidade foi uma conseqüência direta do desenvolvimento turístico, constituindo-se num fenômeno demográfico expressivo e que colaborou para a degradação do meio ambiente local, em especial pela especulação imobiliária e pela ocupação desordenada de áreas tidas como de proteção ambiental. (RAMOS, 2001).

Mesmo com os investimentos, o saneamento básico de Porto Seguro não atende totalmente às necessidades das populações mais carentes, as fossas sépticas esgotam diretamente no lençol freático e o tratamento de água potável ainda não é o adequado. O PRODETUR investiu em saneamento, mas 99% do esgoto encontra-se na cidade baixa, porém não foi destinada verba para as ligações domiciliares, e o Rio dos Mangues que abastece a cidade continua sendo poluído.

Apesar dos investimentos no sistema de saúde realizados na década de 1990, ainda ocorrem na região elevados índices de doenças infecto-contagiosas, relacionadas com o saneamento básico.



De acordo com dados do IBGE, em 2005, o município contava com apenas 122 leitos para internação em estabelecimentos de saúde. (IBGE, 2008e).

Os serviços essenciais de apoio turístico como segurança e limpeza pública precários contribuem para uma redução da satisfação de grande parte dos turistas que visitam a cidade, impactando de forma negativa na qualidade do destino turístico.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, pode-se afirmar que o turismo dessa cidade é, predominantemente, de massa e composto por turista nacional. O turista estrangeiro que opta por viajar para este sítio é classificado como tipo alternativo.

O perfil de jovens turistas que visitam a região em busca de festas e pouco se interessam em conhecer o rico patrimônio histórico-cultural da região, faz com que Porto Seguro ainda seja considerado como um destino ancorado na combinação sol, praia e diversão. Torna-se necessário constituir uma nova imagem e uma nova forma de pensamento e gestão do turismo para reverter esse quadro estático que acaba por manter um ciclo vicioso da dinâmica do turismo na região. (SIMÕES, 2005).

De acordo com Sena (2001), os empresários locais se queixam que se essa política de preços continuarem, em breve, o parque hoteleiro de Porto Seguro estará sucateado, comprometendo seriamente a sustentabilidade do negócio.

Segundo Gottschall (1993), como o turismo vive basicamente de cultura e natureza, torna-se imprescindível à preservação desses dois fatores como forma de garantir a sua sustentabilidade no longo prazo. Com o destaque para o turismo de massa, dado o retorno comercial que advém desta atividade, poucos esforços foram destinados à implementação de um projeto que viabilizasse uma política conjunta de desenvolvimento e sustentabilidade.

Daí, surge a importância de se modificar o perfil de turismo de massa para um turismo de qualidade, agregando valor ao produto da região, apostando em uma forma de turismo menos agressivo e em bases sustentáveis. Com isso espera-se garantir a integridade física dos recursos naturais, no tempo e no espaço.

O turismo, nos anos 90, absorveu uma grande quantidade de mão-de-obra relativamente sem qualificação, com um mínimo de treinamento. Com a sofisticação do serviço, o investimento em educação da população para o turismo é um fator determinante para aumentar a competitividade do destino. O baixo nível de educação tanto formal quanto profissional verificado na região prejudica o acesso da população local aos empregos mais qualificados e, conseqüentemente, com melhores salários. (SIMÕES, 2005).

Apesar da redução do índice de analfabetismo no fim dos anos 90, constata-se que na região, de acordo com o IBGE, em 2007, foram 24.489 mil estudantes matriculados no ensino fundamental e 6.185 mil estudantes matriculados no ensino médio, implicando que grande parte da população ainda possui um nível educacional baixo. (IBGE, 2009a).

De acordo com o PDITS (2002), 57,4% dos que são alfabetizados conta com somente com o primeiro grau incompleto, implicando que mais de 75% da população possuem um nível educacional baixo.

Tal fato compromete a inserção da população local no mercado de turismo, podendo dificultar a implementação de programas específicos de capacitação profissional. Sendo assim, não é difícil identificar que grande parte das vagas de melhor nível, ou os empreendedores, são formados por pessoas de fora da região e, na maioria dos casos, provenientes de outros Estados.

A população local é parte importante da política de implementação da atividade turística, pois tem servido como mão-de-obra indispensável e barata, e dado o elevado contingente populacional da região, a reposição ou simples substituição favorecem o empobrecimento e conseqüentemente a

exploração do trabalho. A necessidade de elevar o nível de escolaridade e capacitação profissional dessa população transcende o nível da promoção social para, também, agregar valor ao destino turístico.

O grande crescimento turístico influenciado pelos volumosos investimentos destinados ao município, possibilitou a entrada no mercado de pequenos investidores que possuem como principal alvo turistas de renda mais baixa. O aumento demasiado na oferta de número de leitos, informado por OMAR (2000), gerou uma queda nos preços de hospedagem, dando origem a uma concorrência predatória, prejudicial não apenas à indústria hoteleira, mas também à toda economia do município que gira basicamente e torno do turismo regional.

A rápida expansão do turismo a partir da década de 90, não só inibiu crescimento de outros segmentos, como também se tornou atividade propulsora de novos empreendimentos ligados intersetorialmente que produzem um efeito multiplicador na região. A tendência internacional à dependência excessiva da atividade turística em regiões hospedeiras parece ser uma regra a que Porto Seguro não está imune.

As estratégias para o desenvolvimento do turismo em Porto Seguro deram mais ênfase à quantidade de turistas, tentando aumentar os gastos per capita e o seu tempo de permanência ao invés de reter uma grande parte desses gastos através da integração dos setores inter-relacionados da cadeia produtiva do turismo na região visando agregar valor ao produto do turismo. (SIMÕES, 2005).

Apenas 38% dos itens necessários ao produto turístico são adquiridos no mercado local, significando que cerca de 62% dos itens, dentro da cadeia de suprimentos, são provenientes de outras regiões do Estado da Bahia, de outros estados do Brasil e de outros países, não sendo produzidos na Costa do Descobrimento. (BAHIA, 2002).

A maioria dos investidores da região não se preocupa em saber se as comunidades locais podem fornecer o que necessitam e muitas vezes compram seus insumos em outras áreas. Como turismo constitui uma atividade multi-setorial, faz-se necessária a integração com outros setores da economia local para que os frutos do crescimento econômico não escorram para outras localidades.

A dependência econômica de Porto Seguro em relação ao turismo de lazer enfraqueceu a agricultura e a indústria da região e pode estar reforçando o não crescimento de outras atividades e até mesmo daquelas que complementam o setor.

A perda de importância do setor agro-industrial na região deveu-se a redução da extração madeireira, atividade que se organizou com base no processamento de matéria-prima não renovável. O esgotamento natural do recurso e o implemento de políticas de controle ambiental foram decisivos no processo de estagnação deste segmento.

O setor industrial ainda é pouco representativo como atividade econômica para a região e concentra, basicamente, a extração de minerais não metálicos (areia, argila, mármore).

O artesanato desenvolvido no município continua sendo sub-aproveitado e a dinamização deste segmento é importante pela capacidade potencial que esta atividade representa para geração de emprego e renda para os artistas regionais, assim como, pela possibilidade de formar novas gerações de artesãos.

De acordo com informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro houve um incremento de 76% no número de estabelecimentos comerciais prestadores de serviços turísticos na segunda metade dos anos 90, com média de crescimento de 10,48% a.a o que prova que o município sofre uma dependência econômica do turismo bastante acentuada e caso esta atividade venha a sofrer uma queda, isto implicaria num colapso à economia

local, visto que, direta ou indiretamente, a grande maioria da população está atrelada ao setor de serviços, sustentado na continuidade da atividade turística.

Diante dessas informações, podemos concluir que as estratégias do governo através das ações do PRODETUR contribuíram para promover o crescimento do turismo na região ao ampliar sua infra-estrutura física, aumentando o fluxo de turistas e a arrecadação de impostos, gerando emprego e renda, mas não foram suficientes para elevar a qualidade de vida da população local e a conservação do meio ambiente revelando-se ainda um frágil instrumento alavancador para o desenvolvimento sustentável da região.

O conjunto de problemas envolvendo o turismo e a questão ambiental, em Porto Seguro, demonstra que ainda estamos distantes de promover um modelo de desenvolvimento sustentável eficiente, principalmente quando esta idéia de desenvolvimento esbarra na pressão exercida pelos interesses econômicos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que a atividade turística em Porto Seguro alcance resultados positivos sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica do turismo, são necessárias ações planejadas envolvendo o poder público, como agente integrador e facilitador desse processo, e a iniciativa privada na condição de agente empreendedor das atividades econômicas.

O universo da ação deve ultrapassar a intervenção do Estado e da empresa privada, e envolver a sociedade civil no seu conjunto, mediante a atuação das

ONGs das associações de base, legítimas representantes das comunidades, e das universidades, nos seus programas de pesquisa e de extensão.

É importante que as ações do governo através da PRODETUR sejam atuantes no incentivo à diversificação de outras atividades econômicas para região como confecção, pesca e hortifruticultura, bem como a diversificação dentro da atividade turística, com incentivo ao turismo de negócios, turismo ecológico, turismo de aventura e turismo cultural que são bem menos permissíveis ao meio ambiente que o turismo de massa

As ações do PRODETUR precisam se intensificar na valorização e divulgação turística do município de Porto Seguro para o turista internacional com alto poder aquisitivo, além de investir na capacitação de mão-de-obra especializada do turismo receptivo, promovendo cursos, eventos e palestras que atentem para importância da preservação do meio ambiente.

É necessário uma ação de conscientização do empresariado, sensibilizando-o para atividades voltadas à valorização da qualidade do serviço prestado ao turista, do necessário envolvimento com a comunidade e a importância de se desenvolver projetos de baixo impacto ambiental.

O fato dos governos não investirem na capitalização de um clima favorável à mobilização da população, termina difundindo-se um sentimento de descrença da comunidade organizada quanto às intenções governamentais. A implantação de um programa que vise, prioritariamente, conscientizar a sociedade sobre a importância do turismo enquanto elemento desencadeador do desenvolvimento municipal de maneira sustentável poderia despertar o interesse pela mobilização das comunidades locais.

Para se ter sucesso na implantação de um plano de desenvolvimento turístico local é fundamental a participação ativa da comunidade local, pois ela é profunda conhecedora da realidade, sendo capaz de identificar os seus problemas e necessidades, e sugerir alternativas para garantir a sua qualidade de vida e o bem-estar social e econômico perante as autoridades pertinentes

O futuro da região dependerá, em grande parte, da capacidade dos agentes locais, que são as empresas, a sociedade civil e o poder público, de desenvolverem esforços convergentes para o alcance da sustentabilidade exigida pela atividade turística. A união de esforços locais entre os atores públicos e privados e o estabelecimento de redes de cooperação são os caminhos apontados para a realização de planos e projetos mais eficazes para se atingir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina Pereira de. Turismo e desenvolvimento sustentável. **Revista Sinergia**, São Paulo, v. 3, p. 121-126, 2002.

ARAÚJO NETO, José. Porto Seguro. **A Tarde on line**, Salvador, 24 out. 2001. Caderno de Turismo. Disponível em: < <http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2009.

ASSIS, Jefferson Almeida. **O investimento público em infra-estrutura e o turismo em Salvador na década de 90**. 1998. Dissertação ( Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1998.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável da Costa do descobrimento**. Salvador, 2002.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Finanças públicas, arrecadação mensal dos municípios**. Disponível em: < <http://www.sefaz.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-BNB. Investimento do PRODETUR-NE. Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

BURMAN, Grazia. As novas tendências do turismo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.5, n.3, p.119-124, dez. 1995a.

BURMAN, Grazia. Turismo em Salvador e Porto Seguro. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.17, p.18/19, out. 1995b.

BURMAN, Grazia; QUEIROZ, Lúcia Aquino. Municipalização turística: os exemplos de Porto Seguro e Belmonte. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.30, p.14-17 nov. 1996.

BURMAN, Grazia; SANTANA, Marivone. Porto Seguro na dianteira do turismo baiano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.2, n.2, p.65-69, dez. 1992.

BURMAN, Grazia. Turismo na Bahia: crescimento e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.4, n.2/3, p.115/120, dez. 1994.

CARVALHO, Stella Maria Sousa; TAVARES, Gracimar Souza Cunha. **O turismo sustentável como dinamizador para a construção do desenvolvimento endógeno**. Anais. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Fortaleza-CE, Maio de 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS - CMAD. **Nosso futuro comum**. 1987.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. *Tourism principles and practice*. England: Longman, 1993.

CUNHA, Conceição. O recurso natural como produto turístico. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.11, n. 2, p.112-117, set. 2001.



DIAS, Célia Maria de Moraes. Tendências evolutivas do turismo e da hotelaria. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.4, n. 2/3, p.135-146, dez. 1994.

DOUJEANNI, Axel. **Procedimientos de gestión el desarrollo sustentable**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Série manuales, 10).

FINO, Patrícia; QUEDA, Oriowaldo. **Turismo de base local e os desafios frente aos impactos gerados pelo desenvolvimento da atividade**. Trabalho Acadêmico/ Artigo Completo, 2008.

GOTTSCHALL, Carlota. O turismo na economia baiana. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.4, n.2/3, p.126-134, dez. 1994.

GOTTSCHALL, Carlota. O turismo transforma o espaço em Porto Seguro. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.3, n.2, p.97-93, set. 1993.

GAUDENZI, Paulo. **Operário do turismo**: retalhos de idéias e pensamentos. Salvador, 1999.

IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2008a.

IBGE. **Censo 2007**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2009a.

IBGE. **Dados de migração**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008b.

IBGE. **Estatística do cadastro central de empresas 2007**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2008c.

IBGE. **Mapa da pobreza e desigualdade - municípios brasileiros 2003**. Brasília, 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2008d.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009b.

IBGE. **Serviços de saúde 2005**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2008e.

IPEA. **Emprego formal do turismo**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2008e.

MENDONÇA JÚNIOR, Érico Pina; GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor; VASCONCELOS; Maria do Socorro Mendonça. O turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico da Costa do Descobrimento. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.11, n.2, p.118-124, set. 2001.

MUNICÍPIO é patrimônio histórico e natural. **A Tarde on line**, Salvador, 24 out. 2001. Ecoturismo. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Arnaldo Evangelista. **Turismo na Bahia**: evoluções e tendências. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1999.

OMAR G. **A estratégia turística da Bahia**: 1991-2005. Salvador: Bahiatursa, 2000. 120 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PORTO Seguro do século: turismo aqui são outros 500. Disponível em: < <http://www.portosegurotur.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

QUEIROZ, Lúcia. O turismo baiano no real e na competitividade internacional. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.5, n.3, p.105-112, dez. 1995.

RAMOS, Marcelo Viana. Meio ambiente urbano, turismo e impactos sócio-ambientais: contradições entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável. 2001. In: CONFERÊNCIA GERAL IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Salvador, 2001. 1 CD-ROM.

SAAB, William George Lopes. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set. 1999.

SENA, Cícero. Preços devem comprometer hotelaria em Porto Seguro. **A Tarde on line**, Salvador, 26 dez. 2001. Hotelaria. Disponível em: < <http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

SILVA, Tatiana Alves de Almeida. **Inventário da oferta turística e desenvolvimento sustentável**. 2007. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVEIRA, Viviane Santos. **O desenvolvimento do turismo na Bahia: o caso do Complexo Turístico de Sauípe**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso ( Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, 1998.

SIMÕES, Polyana. Cluster de entretenimento: a metanóia baiana. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 128, p.31-37, jan. 2005.

SUDETUR, **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento**, BAHIA, 2002

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Receita de arrecadação no município de Porto Seguro**. Salvador, 2000. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **PIB municipais**. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 5 fev. 2009.